

O PAPEL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE AFILIAÇÃO ESTUDANTIL E O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR E AGENTE INCLUSIVO

Antonio Jose Barbosa de Oliveira*
Daniela Carvalho Cranchi**

RESUMO

O artigo reflete sobre o uso do espaço e dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias no processo de afiliação de estudantes, sobretudo se considerarmos as novas realidades advindas do REUNI e da política de Ações Afirmativas. Nesse sentido, tem uma abordagem teórica interdisciplinar, ressaltando que a biblioteca universitária pode e deve ser um ambiente facilitador da formação acadêmica em seus aspectos científico, técnico e humanista. Destaca o papel da biblioteca na gestão universitária e a importância da participação ativa do profissional bibliotecário-educador no processo de autonomia intelectual do estudante universitário.

* Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br.

** Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Graduanda em Licenciatura em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: ddcranchi@gmail.com

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Afiliação Estudantil. Gestão Universitária

I INTRODUÇÃO

O ensino superior público brasileiro sempre foi marcado por um certo elitismo e muitas vezes servindo como instrumento à reprodução dos padrões culturais dominantes. No entanto, internamente, a universidade pública sempre conviveu com o embate entre grupos que defendem a permanência de sua “tradicional vocação para a excelência” e aqueles que defendem sua abertura e sua democratização, particularmente no que diz respeito à diversificação do perfil do público discente que recebe.

As políticas de Estado ligadas à Democratização do acesso e à ampliação do sistema federal de Ensino Superior trouxeram novas realidades. A adesão integral ao ENEM/SISU, associada às políticas de Ação Afirmativa, com inclusão crescente de alunos egressos de escolas públicas e/ou com renda *per capita* de um salário mínimo nacional, trouxeram um novo perfil de aluno às universidades federais que demandará da instituição novas

práticas pedagógicas e mecanismos de gestão mais efetivos para acompanhamento da nova realidade.

Partimos do princípio de que a universidade é local privilegiado para construção de redes de sociabilidades e de interações entre práticas culturais e, conseqüentemente, construção de redes de produção de conhecimento que contribuam para a formação holística de seus estudantes. Nesse sentido, a formação acadêmica não é dissociada da formação humanista-cultural e, a partir de uma concepção dialógica entre os diversos grupos que formam o corpo discente, docente e administrativo das universidades, poder-se-á encontrar mecanismos para que tais novas práticas sirvam de ponte na formação interdisciplinar e multicultural dos estudantes.

Apesar da sociedade, de um modo geral, ver o sistema escolar como um fator para mobilidade social, Bourdieu (2002, p. 20) subverte esse conceito ao considerá-la como um dos legitimadores das desigualdades sociais ao atribuir aos dons e talentos predcativos que são próprios e cultivados pelo convívio

e acesso à cultura reconhecida e valorizada pelas elites, que se tornam “naturais” aos indivíduos. Mas, na realidade foram *habitus* cultivados pelas convivências e oportunidades. A sociedade, em particular as instituições de ensino, ao não reconhecerem que “[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos* [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 42), que valorizados pelos sistemas educacionais, podem contribuir para manutenção das desigualdades que provavelmente se refletirão no sucesso ou insucesso educacional, na futura atuação profissional, na inserção no mercado de trabalho e no *capital social* do indivíduo e, assim, possivelmente na manutenção do *status quo*.

A importância da conjuntura familiar, derivada de seu *capital cultural*, *capital social* e *ethos*, é percebida através da predisposição dos pais ou responsáveis à valorização e incentivo ao conhecimento escolar, bem como ao cultivo de um ambiente disciplinar favorável ao contexto escolar e processo ensino-aprendizagem. Esse fenômeno é um elemento importante para se alcançar um futuro sucesso acadêmico. Seguindo essa lógica, aqueles provindos de famílias mais abastadas, e com maior acesso aos bens culturais, seriam os que provavelmente teriam maiores chances de obter um bom desempenho na escola e, posteriormente, na universidade.

Tendo em conta esses fatores, no Brasil, recentemente e de forma progressiva, adotaram-se políticas de ações afirmativas para aumentar o número de ingressantes no Ensino Superior daqueles candidatos, histórica e economicamente menos favorecidos, ou em posição de vulnerabilidade social. Porém, ter acesso à universidade não é garantia de conclusão do curso, nem de sucesso profissional, nem na vida futura.

Coulon (2008) ressalta que ao chegar ao universo acadêmico, muitas vezes distante de seus referências familiares, o ingressante precisa passar de sua condição de *aluno* para a de *estudante*. Esse processo de adaptação dos calouros à universidade é, geralmente, confuso e doloroso. A forma e intensidade como esse começo é experienciado depende de diversas variáveis e circunstâncias.

Nery (2011, p. 32) destaca quatro grandes aspectos importantes para a adaptação dos calouros à universidade da seguinte forma:

[...] à saída de casa, muitos passam a morar em repúblicas ou residências universitárias; o ingresso na vida acadêmica, com regras sociais e culturais específicas; as mudanças em si mesmo, em que os estudantes percebem suas próprias alterações de comportamento e a aquisição de algumas responsabilidades; e a adaptação ao curso, através da lógica de desenvolvimento da aprendizagem. (NERY, 2011, p. 32)

Podemos notar que são muitas as variáveis que interferem no processo de adaptação do novo aluno nessa nova realidade à qual estará ao mesmo tempo exposto e supostamente inserido. E entender essas transformações e saber tirar proveito delas torna-se crucial para sua sobrevivência universitária e seu sucesso acadêmico.

As hipóteses teóricas de Coulon (2008, p. 32) sobre o processo de afiliação estudantil procuram compreender esse fenômeno, que envolve processos intelectuais, institucionais e culturais. Ele o analisa sob duas dimensões: Afiliação Intelectual e Afiliação Institucional. Segundo sua análise, esse fenômeno inclusivo / excludente ocorre em três tempos que compõem o processo que pode culminar na afiliação estudantil: tempo do estranhamento, tempo da aprendizagem e tempo da afiliação. A consolidação dessa espécie de “profissão temporária” é crucial para a manutenção da condição estudantil de jovens em instituições dessa natureza.

O ingresso na universidade *per se* pode não se constituir na realização de um sonho, pois nem sempre o aluno permanece no curso até sua conclusão. Um dos fatores que pode contribuir para esse abandono é a necessidade de trabalhar por motivos financeiros; a não adaptação ao ambiente e ao contexto universitário; o sentimento de inadequação ao curso por diversos motivos; ou imprevistos que provoquem mudanças de cunho pessoal / social que dificultem seu permanecer na universidade.

Segundo Sampaio e Santos (2014, p.1-4), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) requer a implantação de um sistema de gestão acadêmica voltado para a abertura da educação superior, possibilitando entrada de um contingente maior de alunos cujo ingresso antes era menos provável, principalmente por

conta do processo seletivo. Porém, possibilitar o acesso efetivo desses alunos requer uma nova postura acadêmica / institucional, a fim de oferecer-lhes subsídios para superarem suas dificuldades acadêmicas e de adaptação ao ambiente universitário. As autoras ressaltam que os estudantes, com origem em segmentos historicamente segregados, requerem da instituição universitária uma atenção especial para maior adaptação às tarefas acadêmicas.

Isso implica enfrentar, com novas estratégias, o abandono e o fracasso na educação superior. A perda de um contingente de estudantes que não se mantém na universidade é um resultado que custa caro, tanto no plano humano, como no plano socioeconômico. No plano humano, isso produz desmotivação, o medo do futuro, um déficit de formação e, frequentemente, menores chances de emprego num mundo extremamente competitivo, com consequências sobre a qualidade do nosso desenvolvimento como nação. Sobre o plano socioeconômico, os investimentos públicos tornam-se “não produtivos”, ou seja, não repercutem, como deveriam, na redução das desigualdades e na inclusão das novas gerações no sistema produtivo e de serviços. (SAMPAIO; SANTOS, 2014, p.2)

Assim, elas destacam que a entrada para a vida acadêmica acarreta uma série de mudanças profundas na vida dos alunos, impactando no seu desenvolvimento psicológico e psicossocial, principalmente nos mais jovens. Esse momento pode ser o primeiro em que eles têm oportunidade de exercer sua autonomia através da escolha da futura profissão, em qual universidade irá ingressar, se curso integral ou em tempo parcial, dentre outras possíveis escolhas. Porém, esse não parece ser o único ato, nem o mais importante nessa etapa transitória para a vida adulta; muitas vezes, o ingresso na universidade significa ter que deixar de residir com seus responsáveis, e até mesmo em outra região, impondo assim que eles assumam uma responsabilidade sobre o cuidado de si mesmos e seus atos, quando antes estavam acostumados aos cuidados e ao “tutelamento” de um adulto.

Podemos considerar o ingresso à universidade, cujo privilégio não contempla a todos, nem no mesmo período de vida, como um

rito de passagem ao final do qual supostamente o jovem terá a oportunidade de ingressar na vida adulta ativamente produtiva e reconhecida por sua função. Atualmente, um dos principais motivos pelos quais a maioria dos jovens é impulsionada a empreender todo esforço para ingressar e se formar no Ensino Superior é a lógica de mercado, que geralmente eles tentam seguir. Isso muitas vezes pode gerar frustrações, pois nem sempre sua escolha, tendenciosamente a mais provável por diversos fatores, se baseia em seus desejos e anseios.

Muitos ritos de passagem se constituem numa forma de superação de limites ou porta de entrada para um novo grupo ou status social no qual o sujeito deseja ver-se inserido e reconhecido. Para maioria dos jovens universitários, e principalmente após as políticas de ampliação de acesso através das cotas, a aprovação, a conquista de uma vaga (apesar de nem sempre ser a mais desejada) e o ingresso na instituição universitária, atende a todos os pressupostos e propósitos de um ritual.

O desejo e a importância de pertença são explicitados no processo pelo qual o estudante passa, podendo culminar na afiliação, quando ele se apropria dos conceitos inerentes ao campo universitário e incorpora o *habitus academicus*. De uma forma geral, isso ocorre progressivamente entre o primeiro e segundo semestre do seu ingresso na universidade. Quando isso não acontece, ele tende a abandonar os estudos logo no início, ou troca de curso ou de instituição. Assim, o processo de afiliação estudantil requer do estudante sua adaptação às exigências universitárias, em termos de conteúdo intelectual, de métodos de exposição do saber e de adequação aos *habitus* estudantis, incluindo a percepção e domínio do novo espaço geográfico; identificação das atribuições dos mesmos e da maximização do uso de seu tempo; compreensão dos códigos e regras do jogo no *campo social e intelectual* universitário.

Coulon (2008) estudou o impacto do ingresso à instituição universitária na vida cotidiana do aluno e de seu processo de afiliação, condição para sua transformação em estudante. Para desenvolver seus trabalhos sobre a temática, o sociólogo utilizou reflexões baseadas na etnometodologia sobre os processos intelectuais, institucionais e culturais que cercam a adaptação dos estudantes à educação superior. Esse

transcurso, estudado por Coulon, foi resumido por Nery (2011, p. 36) da seguinte forma:

A passagem para a universidade também solicita do jovem que organize três aspectos fundamentais da sua vida: o tempo, pois é preciso compreender que as aulas não têm mais a mesma duração, que o volume e o tipo de trabalho a ser realizado demandarão um maior esforço intelectual e uma melhor organização; o espaço, pois a estrutura de uma universidade é consideravelmente maior do que a de uma escola de ensino médio e, por isso, os estudantes devem aprender a localizar espaços como departamentos, secretarias e bibliotecas, que freqüentarão cotidianamente; e as regras e o saber, pois eles devem desenvolver uma capacidade de interpretação das normas institucionais, porque a não compreensão de algumas delas gera uma ignorância em relação a uma quantidade desconhecida de situações problemáticas que eles terão que solucionar. (NERY, 2011, p. 36)

Essas novas experiências são fundamentais e impactantes na formação do estudante universitário como sujeito de sua própria história acadêmica. Assim, quanto maior for sua prontidão para responder positivamente a essas mudanças e quanto maior for seu grau de resiliência para superar problemas, mais capaz ele será de aproveitar as oportunidades proporcionadas pela e na vida universitária como pessoa e como graduando. Mas este estudante não está só: encontrar, na vida universitária, profissionais que facilitem seu processo de afiliação poderá ser um grande diferencial. Aqui surge nossa perspectiva do novo papel que também deverá ser desempenhado pelo profissional bibliotecário: o bibliotecário educador.

2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE AFILIAÇÃO ESTUDANTIL

É papel de extrema importância a conscientização das bibliotecas universitárias sobre a necessidade de se conhecer seus diversos usuários, reais e potenciais, pois muitas vezes os estudantes oriundos do ensino médio, ou que deles estão distanciados pelo tempo que

decorreu após sua conclusão do ensino básico, têm pouca familiaridade com o espaço biblioteca e com os hábitos de leitura. Com o uso cada vez mais intensivo das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e, tendo a população mais jovem como foco, podemos trazer a problemática da literacia ou competência em informação e os usos não críticos das tecnologias da informação e comunicação para o campo universitário. A geração atual utiliza intensamente as TIC para suprir as suas necessidades de informação e de relacionamento com os outros. São jovens nascidos depois de 1993, que cresceram num mundo dominado pela internet, e conhecidos como a 'geração Google'. Manipulam com destreza as novas tecnologias, porém, apesar dessa familiaridade, não desenvolveram a literacia necessária para ir além do *copy/paste*. Esses usuários demonstram não possuírem a competência em informação necessária e exigida pelo meio acadêmico para explorar corretamente (de forma ética, eficiente e eficaz) os recursos informacionais, em especial os de acesso à informação promovido pelas TIC (MENDONÇA, 2010, p. 28-35).

Segundo Mendonça (2010, p. 32), a falsa «literacia informacional» dos jovens de hoje, como exímios utilizadores dos computadores e da internet, “está a reduzir os estudantes a níveis mínimos de sobrevivência em termos de informação”. O agravante é que a maioria considera sua capacidade de buscar, avaliar e selecionar informações como suficientes para responder às necessidades pessoais e escolares, porque “sentem-se auto-suficientes [...] dominam o acesso e as condições de acesso tecnológico.”

A universidade deve ser um espaço de ensino, aprendizagem, produção e compartilhamento de conhecimento que vão além do cumprimento de tarefas acadêmicas previamente estipuladas para atender determinados quesitos de avaliação. E, ao realizar suas tarefas cotidianas, espera-se do estudante uma visão crítica na busca das informações no que tange sua veracidade, pertinência, validade da fonte de informação e questões éticas. Assim, estudar e pesquisar não se resume em encontrar um dado ou informação, compilá-lo e replicá-lo, espera-se uma postura crítica e investigativa diante do fazer acadêmico e do ser pesquisador.

Veríssimo (2012, p. 23) critica a postura de usuários, do ensino básico e superior, que

ao considerar o motor de pesquisa da Google como uma fonte de referência e uma biblioteca por excelência, não o realizam de forma crítica, construtiva e ética:

[...] ao utilizar este processo, o sujeito não cruza os dados com outras fontes e invalida a articulação e validação crítica dos dados obtidos. Apesar de terem disponíveis recursos infindáveis de informação, os alunos não têm perante essa mesma informação uma **atitude crítica e construtiva** que os conduza a elaborar um texto original. O facilitismo leva-os a “copiar e colar”. Esta *iliterácia informacional* irá manifestar-se, mais tarde, nos trabalhos académicos e científicos e o plágio, por exemplo, será recorrente. (VERÍSSIMO, 2012, p. 23, grifo nosso)

A origem desse problema é anterior ao acesso à universidade, sendo decorrente da falta de hábito de leitura, não desenvolvido no âmbito familiar e escolar. O ambiente educacional poderia ser um espaço para minimizar a deficiência do acesso aos livros e a leitura por certa parte da população e, em particular, a biblioteca escolar um instrumento pelo qual esse processo se daria ao integrar as atividades curriculares e extra-curriculares através da ação conjunta dos professores e profissionais da biblioteca. Porém, tal oportunidade não é plenamente explorada. Isso ocorre em vários níveis educacionais.

Segundo Milanesi (1983, p. 64), o uso da biblioteca universitária tem origem na Educação Fundamental.

A deficiência das bibliotecas escolares e públicas encontra um sucedâneo à altura: a biblioteca universitária. Da mesma forma que o ensino superior está precariamente assentado sobre a frágil estrutura do ensino do primeiro e segundo graus, a biblioteca universitária é uma sequência coerente. (MILANESI, 1983, p. 64)

Alves (2006, p.6) ao estudar as bibliotecas digitais reconhece que as tradicionais, de um modo geral, necessitam passar por transformações. Em um mundo em constante transformação, diante da complexidade da atual sociedade da informação ou do conhecimento, deve-se ponderar que as bibliotecas universitárias não podem refutar-se a essa responsabilidade:

mudança é a palavra-chave do atual período de transformações pelo qual as bibliotecas estão transitando. Como unidades que refletem as transformações da sociedade, as bibliotecas devem estar em constantes mudanças para atender às alterações políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas da sociedade para qual está voltada. (ALVES, 2006, p.6)

Essa mudança envolve toda biblioteca e, principalmente o setor de referência. O papel de educador do bibliotecário, sua ação como gerente e promotor de marketing na / e da biblioteca merecem destaque. Assim, as intervenções vão além da implementação e atualizações das TIC nas bibliotecas; há de se implementar serviços voltados para as necessidades informacionais e cognitivas de seus usuários.

Como Campello (2003, p. 32) aponta, “os bibliotecários são incitados a tomar atitude proativa, a fim de participar do esforço educativo que requer mais do que a visão ingênua e simplista do processo de busca e uso da informação”. Sua ação vai além de ser fornecedor de informação, pois essa pode ir além de sua recepção simples por parte do usuário.

Assim, o estudante também deve desenvolver um olhar crítico sobre a informação e suas fontes, bem como, ampliar sua capacidade de síntese e análise para ser capaz de produzir novos conhecimentos a partir das fontes consultadas, concluindo, assim, o ciclo do uso da informação, contribuindo para ampliação ou enriquecimento do conhecimento. Nesse processo, o bibliotecário pode atuar como mediador da informação e agente educador na formação do ser estudante. A biblioteca universitária deve ter como princípio institucional a:

[...] necessidade de propiciar aos seus usuários a competência necessária para que esses possam usufruir dos benefícios dos recursos informacionais [...] bem como [...] capacitar o estudante de graduação no meio acadêmico tanto no seu caráter formal quanto informal, ou seja, dentro ou fora do plano curricular estabelecido. (PASQUARELLI, 1996, *apud* ASSIS, 2010, p.4)

Assim, os estudantes habilitados, com literacia desenvolvida, poderiam extrair maior

benefício dos serviços e produtos informacionais oferecidos pelas bibliotecas universitárias bem como por outros oferecidos aos quais possam vir a ter acesso em outras instâncias e situações. Nesse círculo virtuoso estaria incluído seu maior aproveitamento das atividades em classe e curriculares de um modo geral.

É preocupante constatar que mesmo se aproximando do final do curso, o estudante pode não ter se apropriado de todo instrumental acadêmico, competência na busca e uso da informação que dele é esperado. Em sua experiência na orientação de monografias, Délcio Salomon comenta sobre o processo de elaboração das mesmas: “infelizmente, ainda se ensina pouco, em nossos cursos superiores brasileiros, ‘como se usa uma biblioteca’, e, no entanto, a documentação é a mola real de qualquer trabalho científico e da própria formação superior”. (SALOMON, 1999, p.252).

Ao analisar a relação da biblioteca universitária com a produção do conhecimento científico, Almeida (2013) ressalta a necessidade da divulgação dos produtos e serviços que a biblioteca oferece aos seus usuários para formação de pesquisadores. Ela também ressalta a importância da formação do profissional bibliotecário, suas funções, competências e formas de auxílio aos acadêmicos, trabalhando em conjunto com professores e direção da instituição.

A despeito da falta de consenso sobre o termo “sociedade do conhecimento ou da informação”, como prerrogativa dos dias atuais, consideramos imprescindível que a educação e seus atores, incluindo-se as bibliotecas e seus profissionais, estejam preocupados com a autonomia de seus usuários /aprendizes/ estudantes e com as especificidades que caracterizam as atuais tecnologias informacionais.

De acordo com as considerações oriundas do Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Esse processo transformador deve se prolongar por toda vida. (DELORS, 1996).

Neste sentido, a importância de um olhar mais cuidadoso em relação ao usuário nas e das bibliotecas universitárias é um fator crucial no processo educacional, pois como visto

anteriormente, as bibliotecas escolares e públicas constituem-se em frágil estrutura e não arcam com o ofício de ser um instrumento e espaço para aquisição de uma espécie de *capital cultural* e *habitus* reconhecido e desejado pelo meio acadêmico. Estas bibliotecas devem promover o hábito de leitura, da busca de informações, da sistematização do conhecimento, dentre outros relacionados à competência em informação.

Deve-se considerar a presença no ensino superior de muitos alunos oriundos do ensino básico não serem tradicionalmente usuários de bibliotecas. Alguns, por vezes, podem nem ter tido a oportunidade de tê-las visitado até o momento de sua entrada na universidade. Neste sentido, retorna-se ao conceito de *capital cultural* de Bourdieu, onde se destaca a importância de mecanismos de desenvolvimento ou apropriação cultural desejada pelo sistema educacional e certo *ethos* que impactam sobre o processo educacional. Esse processo é formado por situações que são naturalizantes e se tornam naturalizadas quando são incorporadas pelos estudantes. Assim, nesse caso, poderia o aluno ingressante, desprovido dessa experiência e formação, estar em desvantagem provisória em relação àqueles cujo *habitus* incorpora a biblioteca como um ambiente familiar e é capaz de reconhecer os mecanismos e estruturas de seu funcionamento, bem como as possibilidades de produtos e serviços que ela possa lhe ofertar.

Na contemporaneidade, a economia, a ciência, as relações sociais, a sociedade em geral, estão cada vez mais baseadas no conhecimento e na comunicação, demandando um novo modelo de ensino/aprendizagem. Amante (2010, p.2) recorda que para cumprir sua missão

[...] as instituições de Ensino Superior devem preparar seus diplomados com as competências, conhecimentos e resultados de aprendizagem que promovam o desenvolvimento individual e de que a sociedade necessita de forma a garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural. (AMANTE, 2010, p.2)

A universidade tem como seu papel principal o desenvolvimento da sociedade que lhe sustenta e custeia suas atividades. A formação de pessoal capacitado, o desenvolvimento de pesquisas, tanto as básicas quanto as aplicadas,

e de atividades de extensão são formas de retribuir todo dinheiro nela investidos. Assim, a participação do bibliotecário é crucial nesse processo de ensino/aprendizagem, sua atuação deve coadunar com a dos professores em um envolvimento multidisciplinar, interdisciplinar, ou até transdisciplinar, indispensável na formação de futuros profissionais, equipe de pesquisadores e, principalmente, cidadãos conscientes, éticos, críticos e participativos. Esses atores também devem atuar de forma transversal a fim de tornarem suas ações significativas para sociedade.

As bibliotecas universitárias devem estar voltadas para sua instituição de ensino (ou coordenação dos cursos aos quais estão mais próximas ou das instâncias universitárias às quais estão subordinadas) contribuindo positivamente para sua principal razão de existência que é o desenvolvimento nas áreas de ensino-pesquisa-extensão. Essa tríade é indissociável, nela todas as políticas, ações e prospectivas do sistema de bibliotecas devem estar focadas. O papel da biblioteca dentro do *campo universitário* é crucial, pois dela também depende a reputação da instituição, sendo peça central reconhecida pelo Ministério da Educação (ME) para validação e avaliação dos cursos universitários. Contudo, seu papel vai além de ser repositório de material bibliográfico/de referência ou ponto para permitir o acesso às redes de informação. Ela deve ser um lugar de disponibilização, divulgação, produção e compartilhamento de conhecimento. Muitos tradicionalmente classificam a biblioteca como um setor de suporte ou apoio para as atividades universitárias, porém seus profissionais podem trazê-la para uma visibilidade mais central incorporando aspectos pedagógicos, culturais, políticos e sociais no seu fazer biblioteconômico cotidiano.

Para alcançar esse objetivo, as bibliotecas universitárias devem ampliar seu domínio de ação para coincidir com a missão, os objetivos e políticas da universidade e, neste sentido, os bibliotecários deverão diversificar seus conhecimentos, competências e expandir o seu portfólio para atrair a atenção e confiança do usuário. Assim, será mais reconhecido o trabalho que desempenha tecnicamente e seu papel como intermediário da informação, bem como sua importância no processo pedagógico de forma a contribuir para visibilidade e imprescindibilidade

da biblioteca no *campo acadêmico*, dentro e fora da instituição. Ela deve fazer parte do processo de ensino/aprendizagem, pesquisa e extensão.

O papel do bibliotecário há muito superou o paradigma de suas funções tradicionais como exclusivamente disponibilizador de acervo e gestor de coleções. Além disso, sua atuação envolve:

[...] desenvolvimento e fornecimento de serviços de referência em linha, produção de metadados, validação e mediação da informação, gestão do conhecimento e edição de conteúdos, gestão de relacionamentos, formação em literacia da informação, contribuindo assim para o sucesso da aprendizagem e, finalmente, o desenvolvimento de ações culturais que contribuam de forma positiva para o sucesso da biblioteca e da universidade. (VERÍSSIMO, 2012, p.77)

Nesse novo paradigma, a biblioteca universitária se destaca como um aparelho indispensável à possibilidade de equidade ao acesso e usos da informação e os profissionais da biblioteca como instrumentos para promoção da cidadania. A integração da atuação desses profissionais e a dos demais atores da instituição leva a um resultado mais efetivo, potencializando suas ações individuais na promoção da cidadania ao preparar cidadãos capazes de responder aos desafios e exigências colocados pela Sociedade da Informação/Conhecimento. Essas novas funções conferem aos bibliotecários um papel de relevo no processo formativo e de construção do conhecimento, valorizando assim os serviços prestados, seu desempenho, sua carreira, seu papel institucional, cidadão e humanitário.

Assim, Veríssimo (2012, p. 55) analisa esse papel mais amplo que a biblioteca e seus profissionais devem assumir:

Esta janela que se abre e dita a possibilidade de poder interagir com os outros agentes do processo educativo e formativo, é uma oportunidade para o bibliotecário afirmar a sua importância no ambiente acadêmico, mostrando que tem o conhecimento e as competências necessárias para ajudar a universidade a cumprir sua missão. Neste contexto, cabe à biblioteca universitária e ao bibliotecário um papel mais proativo no cotidiano da universidade. Para muitos, a biblioteca ainda é encarada como uma

simples unidade de apoio e não como um organismo produtor de conhecimento. (VERÍSSIMO, 2012, p. 55)

Ao considerarmos o Relatório da UNESCO e suas proposições em relação aos pilares da educação, observamos que algumas lacunas ficam muito aparentes quando lemos com mais atenção as suas propositivas. Um dos pontos que podemos ressaltar, a partir desse relatório, está afeto ao objeto deste trabalho, qual seja: o uso e a importância das bibliotecas universitárias e a presença do bibliotecário no campo acadêmico como profissional da informação e agente educador. Todavia, tal caso não se refere somente às bibliotecas universitárias, como também a todas as modalidades de bibliotecas e similares. Desconsidera, portanto, o papel desses aparelhos de educação e cultura como instrumentos contribuintes para o processo formador do conhecimento que busca a integralidade do ser e é sustentador dos quatro pilares da educação quando inseridos nos espaços institucionais escolares/educacionais.

Sendo assim, alguns protagonistas não podem e não devem ser esquecidos no contexto da educação que busca qualidade e pretende ser continuada, inclusiva, e que prima por objetivos claros de maior e melhor formação, não somente para o atendimento das necessidades do trabalho e mercado, mas, sobretudo para formação pessoal e humana. Por isso lançar luz à biblioteca universitária como espaço de informação, formação e transformação é tema crucial para consolidação desses espaços de composição, divulgação e disseminação da informação e compartilhamento do conhecimento. Porém, de forma genérica, o relatório da UNESCO aborda brevemente a importância das bibliotecas e museus no processo formador do conhecimento e cidadania.

Por um lado, as instituições culturais como os museus ou as bibliotecas tendem a reforçar as suas funções educativas, já não se limitando apenas a tarefas científicas ou de conservação do patrimônio. [...] E neste sentido há que explorar, por exemplo, as sinergias possíveis entre o saber e o saber-fazer, ou entre o saber-ser e o saber-viver juntos, por consequência, a complementaridade das formas e dos espaços educativos correspondentes. (DELORS, 1996, p.115-116)

As bibliotecas, incluindo-se as universitárias, devem atuar como espaços para o desenvolvimento dessas articulações de informações, habilidades, competências, saberes, posturas e convivências que são enriquecedoras na formação científica e humanista do estudante e dos demais atores pertencentes ao *campo universitário*.

3 REVISITANDO RANGANATHAN E APLICANDO SUAS LEIS

Para melhor compreensão do universo biblioteconômico e das competências pretendidas para os profissionais, revisitamos Ranganathan e suas 5 Leis da Biblioteconomia. Sobre a importância de suas obras em relação à atualidade e à realidade brasileira, o bibliotecário e editor Briquet de Lemos (2009, p. xiii) escreveu:

[...] Clássico porque permanece atual
[...]. Clássico no universo brasileiro, tão distante da Índia, tanto histórica como culturalmente, suas palavras encontram ressonância e parece refletir a realidade de muitas de nossas bibliotecas e a visão de muita de nossas autoridades. (LEMS, 2009, p. xiii)

Ao estudar e vivenciar as bibliotecas, Ranganathan (2009, p. xi) postulou as cinco leis da Biblioteconomia, que continuam atuais e servem de diretrizes para uma atuação efetiva dos bibliotecários e dos responsáveis pelas políticas em bibliotecas até hoje. Sua visão sobre esse universo incluiu a dimensão cultural, profissional, social, política, ética, dentre outras. Seu postulado reza:

Os livros são para usar
A cada leitor o seu livro
A cada livro seu leitor
Poupe o tempo do leitor
A biblioteca é um organismo em crescimento
(Ranganathan, 2009, p. xi)

Ele elaborou seus estudos a partir de observações próprias e pelo recurso da Biblioteconomia comparada, onde pode ser considerado um dos pioneiros. Para tornar seus trabalhos mais didáticos e alcançar um diálogo mais direto com seus leitores ele “não vacila ao antropomorfizar as leis da Biblioteconomia,

em criar um elenco de personagens exemplares (as diversas autoridades, os leitores potenciais, cidadãos comuns etc.) e colocá-las num espaço dramático”. (LEMOS, 2009, p. xiv).

Em seus estudos, Ranganathan aborda diversas variáveis e aspectos que interferem na qualidade das bibliotecas e na atuação de seus usuários e profissionais. Ele correlaciona a Primeira Lei com as condições físicas das bibliotecas. Sobre o conforto e estética das bibliotecas para o usuário, Ranganathan (2009, p. 20) relembra a época em que esses aspectos não eram considerados importantes e que “o leitor não devia esperar por conforto”. Porém, ele pondera logo a seguir: “Mas o advento da Primeira Lei da Biblioteconomia lançou sobre essas regras, a de menor espaço e de menor custo, um agradável feitiço, e as transformou por completo.” Ele conclui que essa mudança de paradigma foi essencial para a atração dos usuários, estando esses mais estimulados para melhor usufruir os espaços, serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas. Ele vai além ao afirmar: “A localização da biblioteca pode, em geral, ser tomada como um índice do grau de confiança que os órgãos responsáveis por biblioteca têm na lei ‘os livros são para usar’”. (RANGANATHAN, 2009, p. 100).

Também em relação à Primeira Lei, Ranganathan (2009, p. 48) recomenda uma postura positiva aos bibliotecários aconselhando-os que “os funcionários devem ter personalidade, tato, entusiasmo e simpatia”. Ele acrescenta que “o bibliotecário deve ser amigo, filósofo e guia para todo aquele que vier a *usar* a biblioteca. É um serviço pessoal simpático junto com essa hospitalidade é o que torna grande uma biblioteca, não o seu tamanho”. Assim vemos a importância da atitude acolhedora para o engrandecimento da biblioteca, tornando-a um ambiente no qual o sujeito se sinta bem-vindo e queira sempre estar ou ao qual queira recorrer quando assim precisar. Com a Primeira Lei, Ranganathan quebra o paradigma de sua época onde a biblioteca era exclusivamente um espaço para guarda do acervo; ele destaca a necessidade ao seu acesso e uso de seu espaço e de seus conteúdos. Aqui podemos incluir os recursos digitais, lembrando-se da necessidade dos leitores junto aos suportes e do acesso às TIC de um modo geral.

Ranganathan (2009, p. 50) destaca a importância do acesso ao livro também na

segunda Lei da Biblioteconomia “A cada leitor o seu livro”; assim ele preconiza que “os livros são para todos”, o que muda o paradigma antigo do “livros são para poucos eleitos”, pois deve haver uma diversidade capaz de atender às necessidades e interesses de seus diversos usuários. Esse conceito deve ser ampliado para todo tipo de suporte e meio de comunicação no qual a *informação útil* possa ser armazenada e disponibilizada. Sua preocupação com relação ao acesso da informação era intensa e inclusiva. Assim, a acessibilidade e usabilidade são conceitos que devem nortear os trabalhos e espaços dos ambientes e recursos informacionais.

Para otimizar os recursos financeiros, geralmente poucos, bem como os espaços físicos das bibliotecas, Ranganathan postulou na Terceira Lei “A cada livro o seu leitor”, procurando prever a usabilidade e efetividade no uso de seu acervo. Assim, ele exorta para a necessidade de se conhecer o usuário da biblioteca, tanto o real quanto o potencial, para melhor escolher e dimensionar o acervo e a utilização da biblioteca e dos seus serviços. Hoje devemos ampliar esse conceito para o acesso às fontes digitais/virtuais e às bases de dados, levando em conta questões como acessibilidade e usabilidade, considerando características e condições físicas, cognitivas e culturais de seus usuários. Em especial, as bibliotecas universitárias devem selecionar seus acervos, fontes ou recursos informacionais levando em conta sua provável demanda; porém também devem se empenhar ativamente na promoção dos mesmos e na divulgação de seus serviços. Dessa maneira, as dificuldades da Terceira Lei serão minimizadas, justificando os investimentos nela aplicados.

A Quarta Lei, ao pedir “poupe o tempo do leitor” também prevê “poupe o tempo do pessoal da biblioteca” e, assim, que sejam otimizados os recursos nela e através dela disponíveis. Essa Lei foi e tem sido responsável por muitas reformas da administração e gerenciamento de bibliotecas. (RANGANATHAN, 2009, p. 211). Como exemplo no anseio do cumprimento dessa lei podemos citar a informatização das bibliotecas, a catalogação coletiva, o acesso remoto aos metadados e aos acervos digitais, dentre outras mudanças.

A quarta lei reforça a importância da indicação da posição da biblioteca e de

sua localização na instituição. Devemos lembrar que, ao permitir o acesso direto às estantes, a sinalização e a organização são muito importantes para guiar o usuário na busca do material; isso também se aplica aos espaços virtuais. É muito importante divulgar quais serviços a biblioteca pode oferecer e onde se encontram disponibilizados, física e virtualmente. Porém, quando sua estrutura não permitir o acesso livre a seu acervo, isso pode dar origem a muitas frustrações e perda de tempo por parte do usuário, e até do bibliotecário que pode dispendir tempo em busca de um material que não atenda às expectativas. Por isso, principalmente quando o acesso livre ao acervo não é possível, uma catalogação e indexação padronizada e bem pertinente à área do conhecimento a ser abordado (podendo-se incluir a indexação analítica e os resumos), são capazes de minimizar os prejuízos causados pela falta de contato direto entre o usuário e o acervo, diminuindo possíveis frustrações na busca de materiais e conteúdos. (RANGANATHAN, 2009, p. 212-222)

Ranganathan (2009, p. 225-226) ressalta que para *poupar o tempo do leitor* é necessário que ele se familiarize com o uso correto dos recursos informacionais, suas formas de busca e recuperação. Assim, o papel educador do bibliotecário passa a ser imprescindível para atender às exigências dessa Lei, proporcionando ao usuário mecanismos para o desenvolvimento de sua autonomia e pró-atividade. Porém, o autor prevê que “mesmo após esse aprendizado, a maioria dos leitores recorrerá ao serviço de pesquisa bibliográfica do pessoal de referência”. Podemos atribuir como qualidades favoráveis a esse comportamento por parte dos usuários, o fato dos bibliotecários terem maior intimidade com acervo e, por experiência, possuem uma percepção mais aguçada na montagem das estratégias de busca que serão construídas em parceria com o usuário. Ranganathan (2009, p. 226) resume a importância das Quatro Primeiras Leis da Biblioteconomia da seguinte forma:

Portando, a Quarta Lei também se unirá às 3 primeiras leis, insistindo na necessidade de um quadro de pessoal de referência adequado em todas as bibliotecas. O dinheiro gasto com esse pessoal retorna à nação, de modo crescente, com economia do

precioso tempo dos seus melhores cérebros. Que esta seja uma proposição economicamente válida e possa inferir ao fato de bibliotecas especializadas mantidas por empresas pagarem sem pestanejar o salário de seu pessoal de referência. Elas conhecem o valor econômico do tempo. Mas parece que as bibliotecas universitárias não conseguem perceber o valor do tempo e, por isso, hesitam em admitir a necessidade desse tipo de pessoal. (RANGANATHAN, 2009, p. 226).

Pelos argumentos até aqui levantados, podemos perceber o quanto as condições das bibliotecas incidirão diretamente na qualidade da prestação dos seus serviços que se refletirão, por sua vez, na percepção dos usuários, no aproveitamento dos recursos disponíveis na e através da biblioteca, na vontade dos usuários em recorrerem aos seus profissionais e aos seus serviços, interferindo na qualidade dos cursos e na formação dos discentes.

A Quinta Lei lembra que, como ser vivo, *a biblioteca é um organismo em crescimento*. Por consequência, essa Lei pode ser uma das mais diretamente relacionada às mudanças pelas quais as universidades brasileiras vêm passando: seu processo de expansão e democratização. O Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI) provocou o aumento no número de vagas e, através das políticas de ações afirmativas, ampliou e diversificou o acesso nas universidades públicas, incluindo um público que antes era substancialmente minoria. Assim, a oferta dos espaços e serviços oferecidos pelas universidades também precisa se adaptar a essa nova realidade. A esse processo de adequação e atualização ao novo papel das universidades diante dos novos desafios, devemos destacar as bibliotecas universitárias como um centro nevrálgico, que além de estarem sensíveis a essas transformações, devem atender às demandas do mercado e de internacionalização do processo ensino/aprendizagem e pesquisa. Sua atuação pode ir além das fronteiras de suas paredes e permear toda a instituição e vários de seus processos acadêmicos, técnicos e institucionais, podendo estabelecer diálogos entre as várias instâncias universitárias.

Além de todos os aspectos até agora destacados dos trabalhos de Ranganathan, devemos ressaltar a importância que ele deu ao aspecto educacional no fazer biblioteconômico e

seu impacto social. Esse fato pode ser observado pelo tempo e atenção dedicados a essa área em suas investigações. Segundo Sayers (2009, p. xxi), Ranganathan “não estava interessado somente em livros e bibliotecas, e usou parte de seu tempo de lazer para examinar os métodos pedagógicos adotados nas escolas das cidades e as relações destes com as bibliotecas.”

Para Ranganathan (2009), o papel do bibliotecário é indissociável do papel de educador, pois para ele todo aquele que estiver incumbido de uma biblioteca deverá ser capaz de lecionar. Assim, ele ressalta a importância da biblioteca ir além do seu papel de disponibilizar seu acervo ou permitir o acesso à informação; ela deve contribuir, por meio da ação de seus funcionários, para a melhor *educação* de seus usuários. Decorrente de sua preocupação com os aspectos pedagógicos e educacionais das bibliotecas, voltando seu olhar mais detalhadamente para o Ensino Superior, Ranganathan (2009, p. 47) destaca a importância dos bibliotecários terem familiaridade em relação a sua área de atuação e ter a sensibilidade em perceber as necessidades do usuário a fim de contribuir no processo de construção do conhecimento dos estudantes.

[...] a biblioteca do futuro será um serviço de inteligência da comunidade. Exigirá pessoal altamente especializado, que deverá, assim como os professores de uma faculdade, estar familiarizado com a literatura de um campo estritamente delimitado e ter *além disso* aquela aptidão que frequentemente falta por completo ao professor, qual seja a capacidade de rapidamente captar a bagagem intelectual do consultante e entender intuitivamente a natureza de sua necessidade pessoal. (RANGANATHAN, 2009, p. 47).

Para complementar a importância dos aspectos pedagógicos na atuação dos bibliotecários e dos impactos que a biblioteca pode causar nos métodos de aprendizagem, Ranganathan ressalta que:

O melhor que você pode fazer pelos seus imaturos graduandos é despertar neles o entusiasmo pelo pensar e pelo hábito de leitura. Lembre-se, a educação não termina na sala de aula. Tenho que começar onde você terminou. É

mais fácil para eu fazer com que os graduandos que leem continuem lendo do que reconquistá-los para leitura depois de pessoas feitas. Em troca, nada tenho a opor a que você dependa de mim, mais amplamente, durante suas aulas; na verdade, estou bem preparada para ficar ao seu lado em seu trabalho diário e dar a mão ao graduando, levando-o a andar com suas próprias pernas quando a deixar para trás. (RANGANATHAN, 2009, p. 91)

Esse processo educativo vai além do período em que o aluno está ligado por vínculos institucionais à universidade. Os serviços e produtos da biblioteca devem estar disponíveis por toda vida do ex-aluno. Ele ressalta a necessidade da universidade reconhecer que o interesse pela educação dos seus estudantes não deve terminar no dia em que ela lhes confere seus diplomas; compete-lhe continuar educando seus alunos egressos. Para formar uma ligação efetiva e permanente com os alunos, a biblioteca precisa ir além das tarefas requeridas em sala de aula ou para o cumprimento de quesitos obrigatórios para colação de grau dos estudantes. O sucesso nessa tarefa inclui o êxito dos investimentos aplicados que devem apresentar um retorno à nação que o custeou.

Deve haver uma ligação intelectual mais elevada. Sim, do ponto de vista nacional, e afinal de contas é o tesouro nacional que a mantém, este serviço é, aos ex-alunos essencial, se não quiser jogar fora o dinheiro gasto no ensino de graduação por falta de acompanhamento dos alunos formados. (RANGANATHAN, 2009, p. 91)

Sendo assim, evidenciamos a biblioteca universitária como um espaço e instrumento de inclusão intelectual, cultural e social cuja efetividade maior será quanto mais necessária se der sua intervenção e participação no processo acadêmico e de afiliação do estudante contribuindo no seu processo de autonomia universitária e cidadã. A biblioteca universitária é um instrumento que pode estimular a necessidade no sujeito pela busca por informação, produção e estruturação do conhecimento, devendo esse hábito ir além dos bancos universitários, perdurando por toda vida, contribuindo para construção de um mundo melhor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do bibliotecário é primordial para fazer da biblioteca um espaço e instrumento de acolhimento dos alunos, bem como ser um elo articulador entre o ensino e aprendizagem, participando do campo universitário no âmbito da tríade indissolúvel formada pelo ensino-pesquisa-extensão como agente facilitador e promotor da autonomia do aluno/estudante e na sua formação acadêmica cidadã. Nesta perspectiva, defendemos a necessidade de relação dialógica entre os profissionais bibliotecários, professores e estudantes, buscando transformar a biblioteca universitária em ambiente real de aprendizagem.

É certo que as bibliotecas universitárias devem ser ambientes acolhedores para os estudantes aos quais possam recorrer na busca de orientação e apoio em seu processo de formação. Deve ser também um ambiente em que eles se vejam intelectual, cultural, socialmente representados, e emotivamente incentivados a frequentar e acessar seus recursos.

Nesse *mix* de processos de descobertas, aprendizagens e vivências em geral, pelos

quais passam os estudantes universitários, a biblioteca pode apresentar-se como um espaço de divulgação, promoção e produção do saber acadêmico e científico, enriquecido também como um local de convivência e de cultura. A biblioteca contribui e fundamenta o fazer universitário, ao promover e ampliar a *literácia* ou competência em informação e visão de mundo do estudante, disponibilizando subsídios e ferramentas para que os futuros profissionais se tornem cidadãos críticos, éticos e atuantes no seu cotidiano.

Há que se somar a todos os atributos à biblioteca como um espaço do saber dedicado não somente às buscas intelectuais, culturais e de lazer, mas também um lugar de práticas reflexivas, pessoais e compartilhadas, visando o desenvolvimento do indivíduo e da coletividade. Os serviços prestados pelas bibliotecas são vitais para a melhor gestão das universidades nestes tempos de mudanças, bem como para a formação dos estudantes e para o aprimoramento da qualidade profissional dos egressos das universidades. Enquanto lugar de gestação e compartilhamento de saberes, a biblioteca é um bem coletivo, inclusivo e promotor da cidadania.

Artigo recebido em 31/01/2017 e aceito para publicação em 10/07/2017

THE ROLE OF THE UNIVERSITY LIBRARY AS A SPACE FOR STUDENT MEMBERSHIP AND THE LIBRARIAN AS AN EDUCATOR AND AN INCLUSIVE AGENT

ABSTRACT *The article reflects on the use of space and services offered by university libraries in the student affiliation process, especially considering the new realities coming from REUNI and the Affirmative Action policy. In this sense, it has an interdisciplinary theoretical approach, emphasizing that the university library can and should be an environment that facilitates the academic formation in its scientific, technical and humanistic aspects. It highlights the role of the library in university management and the importance of the active participation of the professional librarian-educator in the process of intellectual autonomy of the university student.*

Keywords: *University library. Student affiliation. University. Management.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A relação da biblioteca universitária com a produção do conhecimento científico. NATIVA- **Revista de Ciências**

Sociais do Norte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 2, p.1 – 24, 2013. Disponível em: <<http://revistanativa.com.br/index.php/revistanativa/article/view/53/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

- ALVES, A. P. M.; VIDOTTI, S. A. B. G. O serviço de referência e informação digital. **Biblionline**, v. 2, n. 2, p1-10, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/611/448>>. Acesso em: 02 jul. 2014.
- AMANTE, M. J. **Bibliotecas universitárias: conhecer para valorizar**. Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 10, Guimarães – Portugal, 2010 (p. 1-11). Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/168/163>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- ASSIS, C. M. C. de; *et all.* **Refletindo o uso da biblioteca universitária: proposta para treinamento on-line de usuários**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<https://sophia.bc.ufg.br/bc/publicacoes/artigofinal.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A., (orgs). *Escritos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1998 p. 39-64.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência em informação: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/26/21>. Acesso em: 30 maio 2014.
- COULON, A. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DELORS, J. (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7. ed, 2012. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 10 mar.2014.
- LEMOS, B. Prefacio. In: RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2009.
- MENDONÇA, H. Geração copy/paste. **Notícias Magazine**. 923, p. 28-35, 2010. Disponível em: <http://www.noticiasmagazine.pt/category/multimedia/>. Acesso em: 9 mar. 2015.
- MILANESI, L. O que é biblioteca. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- NERY, M. B. M. O processo de afiliação emocional entre estudantes do programa Permanecer da UFBA. Salvador, 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA) .
- RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. tradução Tarcisio Zandonade. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2009.
- SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. dos. O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior. Disponível em: <[http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_1/Sampaio_Sonia%20\(UFB-Brasil\).pdf](http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_1/Sampaio_Sonia%20(UFB-Brasil).pdf)> Acesso em: 17 ago. 2014.
- VERÍSSIMO, J. M. D. As bibliotecas universitárias face ao desafio do Google Scholar: ameaça ou oportunidade? 2012. 90 p. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media)-Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18222>>. Acesso em: 12 set 2014.